

NOTA TÉCNICA

ALGUNS RESULTADOS MACROECONÔMICOS DO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO BOLSONARO

Joaquim Miguel Couto¹

INTRODUÇÃO

Eleito presidente do Brasil com 57 milhões de votos, Jair Bolsonaro escolheu uma equipe ultraliberal para comandar a área econômica do governo. Nada mais distante da postura corporativista e nacionalista que caracterizou a atividade parlamentar de Bolsonaro durante quase três décadas na Câmara dos Deputados.

O escolhido para liderar a política econômica do governo Bolsonaro foi o economista Paulo Guedes. Homem ligado ao mercado financeiro e com doutorado pela Universidade de Chicago, Paulo Guedes tinha uma visão extremamente liberal da economia. Anunciou, durante a campanha eleitoral, a privatização de empresas estatais do governo federal, corte de gastos públicos, reforma da Previdência Social (com idade mínima para se aposentar), redução de direitos sociais, entre outros pontos desfavoráveis aos trabalhadores e sempre benéficos ao setor empresarial (como a redução de impostos das empresas). Guedes gostava de dizer que as privatizações federais renderiam um bilhão de reais ao governo.

De ego inflado, Paulo Guedes transformou o antigo ministério da Fazenda, em um superministério, com o nome de ministério da Economia, incorporando as pastas do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e do Trabalho e Previdência Social.

Esta Nota Técnica pretende analisar alguns resultados macroeconômicos obtidos pelo governo Bolsonaro em seu primeiro ano de mandato (2019). Mais especificamente, tratará do crescimento do produto interno bruto (PIB), da taxa de desemprego, da taxa de inflação e da taxa de juros básica da economia (Selic).

No entanto, sabemos que a política econômica executada por um governo, apesar de seus efeitos no mundo real, não é responsável, sozinha, por tudo que acontece na economia de um país. Por exemplo, os investimentos privados não vão aumentar somente pela redução da taxa de juros básica estipulada pelo Banco Central, e nem pelo fornecimento de crédito por um banco público. Mais importante, neste caso, é a elevação da demanda pelos produtos das empresas e a taxa de utilização de sua capacidade instalada. Ou seja, uma boa política econômica ajuda no crescimento da economia, mas é apenas um dos agentes que influenciam a economia.

1 CRESCIMENTO DO PIB

Adam Smith ensinou a todos nós que a riqueza de uma nação não estava na quantidade de ouro e de prata que esta possuía. A riqueza estava na produção. Quanto maior a produção de uma nação, maior seria o bem-estar de sua população (SMITH, 1996). Deste modo, o cálculo do produto interno bruto (PIB) é o principal indicador econômico de um país. O PIB mede a quantidade de bens e serviços produzidos numa região em determinado período de tempo. No entanto, somente o valor do PIB é insuficiente para se saber se uma nação é rica ou pobre. Um exemplo claro é o PIB da China: embora seja o segundo maior do mundo, quando dividido pelo número de habitantes do país, seu valor é relativo aos países de médio desenvolvimento. Assim, o PIB *per capita* é um melhor indicador para medir a qualidade de vida de um país.

¹ Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (DCO/UEM).

No primeiro ano do governo Bolsonaro, o PIB teve um crescimento baixo. Na primeira estimativa divulgada pelo IBGE, o PIB de 2019 havia crescido apenas 1,1%. Numa segunda estimativa, divulgada no final de 2020, a taxa ficou um pouco melhor do que a anterior: aumento de 1,4%.

Estas revisões do cálculo do PIB são naturais. Para o ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, a estimativa inicial havia sido de queda de 0,2%. Novas revisões, elevaram o PIB de 2003 para um saldo positivo de 1,1%. Desta forma, o cálculo do PIB para o ano de 2019 ainda não é o definitivo. Apesar desta advertência, podemos analisar a taxa provisória sem muito receio, pois a taxa definitiva não vai ficar muito diferente desta última.

A Tabela 1 permite verificar que a taxa de crescimento de 1,4% do PIB para 2019 não é tão diferente em relação aos dois anos anteriores, referentes ao governo Temer (1,3%, em 2017, e 1,8%, em 2018). A saída da recessão de 2015/2016 está sendo muito lenta, quando comparada as saídas das recessões de 1981/1983 e 1990/1992. Nestas duas ocasiões, o PIB dos anos seguintes foi superior a 4% ao ano. Na recessão de 1981/1983, o PIB de 1984 cresceu 5,4%, e o de 1985 outros 7,9%. Já na recessão de 1990/1992, o PIB aumentou 4,7%, em 1993, e 5,3%, em 1994.

Tabela 1 - PIB - ótica da demanda (%) - 2015/2019

Discriminação	Anos				
	2015	2016	2017	2018	2019
PIB – Brasil	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,4
Consumo das famílias	-3,2	-3,8	2,0	2,4	2,2
Consumo do governo	-1,4	0,2	-0,7	0,8	-0,4
Investimentos (FBCF)	-13,9	-12,1	-2,6	5,2	3,4
Exportações de bens e serv.	6,8	0,9	4,9	4,1	-2,4
(-) Importações de bens e serv.	-14,2	-10,3	6,7	7,7	1,1

Fonte: IBGE (2020a).

Por que o crescimento do triênio 2017/2019 foi tão baixo? Muitas das explicações se encontram no consumo das famílias. Este componente é responsável por cerca de 65% da demanda de toda a produção do país, sendo fundamental para elevar a produção da economia. No triênio 2017/2019, o consumo das famílias teve um aumento modesto: entre 2% e 2,4% ao ano.

Neste período, a alta taxa de desemprego existente na economia e as perdas salariais são as principais motivações para a baixa demanda das famílias brasileiras. O governo Temer e o governo Bolsonaro buscaram aumentar o consumo das famílias através de estímulos como a liberalização de parte do FGTS e das quotas do PIS/PASEP para os trabalhadores. O seu efeito não foi suficiente para trazer uma grande elevação da demanda, mas impediu que a taxa de crescimento do PIB fosse ainda menor. As reformas econômicas, por sua vez, ajudaram a retrainir o consumo das famílias. No caso do governo Temer, a Lei da Terceirização e a Nova CLT, só prejudicaram a classe trabalhadora. Já no caso do governo Bolsonaro, a reforma da Previdência Social teve um efeito altamente negativo sobre as famílias. A criação da idade mínima de 65 anos para se aposentar, fez com que muitos trabalhadores partissem para planos privados de previdência, reduzindo sua renda disponível. A elevação das alíquotas de contribuição dos trabalhadores para a Previdência também aumentou: de modo geral subiu de 11% para 14%. Isto também reduziu a renda disponível das famílias.

Para Laura Carvalho, somente a volta forte do investimento público poderia mudar este cenário de baixo crescimento, mesmo que para isso o governo tivesse que aumentar a dívida pública para realizar seus investimentos (CARVALHO, 2018). Segundo Carvalho (2018, p. 167): “No velho círculo vicioso da falta de demanda, o desemprego maior e a queda de salários prejudicam as vendas e os lucros das empresas, que investem menos e demitem mais. A saída está em uma injeção autônoma de demanda na economia, que, se não vier de fora com exportações maiores, tem de vir dos investimentos do Estado”.

Outro componente da demanda que travou o crescimento de 2019 foi a queda do consumo do governo (União, Estados e Municípios): -0,4%. Para os fanáticos pelas contas públicas, isto seria um bom resultado. Na visão destes fanáticos, o governo estaria gastando menos, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas. No entanto, quando se observa esta taxa negativa pela ótica do crescimento da economia, da geração de empregos e renda, é um péssimo resultado. Neste caso específico, a queda de 0,4% do consumo do governo contribuiu para a baixa taxa de crescimento do PIB. Muitos se esquecem que o consumo do governo faz parte da demanda agregada. Uma queda do consumo do governo reduz a demanda agregada. A produção (oferta agregada) segue de perto o comportamento da demanda. Baixa demanda, baixa produção. É a produção que gera a renda agregada (salários, lucros, aluguéis, juros e dividendos).

Se o consumo do governo tivesse crescido somente 0,1%, o PIB brasileiro teria aumentado cerca de 1,6%, ao invés de 1,4%. O país teria gerado mais empregos e as rendas da sociedade teriam aumentando um pouco mais.

Já os investimentos públicos e privados cresceram 3,4%, em 2019, taxa um pouco menor do que a registrada em 2018 (5,2%). O investimento privado responde, principalmente, ao aumento da demanda e da utilização da capacidade instalada. Com alta capacidade ociosa e demanda reprimida, as empresas privadas tem poucas razões para investir, mesmo com a taxa básica de juros em queda. Já os investimentos públicos estão bem reduzidos em função do déficit fiscal da União, dos Estados e dos Municípios. Somente a União, que emite títulos e moeda, tem condições de aumentar seus investimentos, mesmo com a elevação da dívida pública. No entanto, os fanáticos pelas contas públicas “proíbem” que o governo federal utilize tais mecanismos para elevar os investimentos.

Por fim, as exportações de bens e serviços não tiveram um bom desempenho em 2019: queda de 2,4%. Como as importações aumentaram 1,1%, o lado externo da economia contribuiu negativamente para o crescimento da economia. Fatores como a crise da Argentina e o baixo dinamismo do comércio internacional explicam a fraqueza do setor exportador brasileiro neste ano de 2019.

Em relação a ótica setorial de crescimento do PIB, que calcula a produção da agropecuária, da indústria e dos serviços, vemos pela Tabela 2 que os três setores produtivos reduziram sua taxa de crescimento em 2019 quando comparados ao ano de 2018. Como bem demonstrou Keynes (1985), a produção da economia reage a demanda efetiva.

Tabela 2 - PIB - ótica setorial (%) - 2015/2019

Discriminação	Anos				
	2015	2016	2017	2018	2019
PIB – Brasil	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,4
Agropecuária	3,3	-5,2	14,2	1,3	0,6
Indústria	-5,8	-4,6	-0,5	0,7	0,4
Serviços	-2,7	-2,2	0,8	2,1	1,7
Indústria de transformação	-8,5	-4,8	2,3	1,4	0,0
PIB per capita	-4,4	-4,1	0,5	1,0	0,6

Fonte: IBGE (2020a).

A agropecuária, além da demanda, depende das condições climáticas. Esta é a principal explicação para o baixo crescimento do setor em 2019, apenas 0,6%, ante 1,3%, em 2018. O setor industrial também teve uma taxa menor de aumento em relação a 2018: 0,4%, contra 0,7%. O subsetor da indústria extrativa sofreu com o desastre de Brumadinho. Já o subsetor da indústria de transformação ficou estagnado. Em 2018, teve 1,4% de elevação. A crise da Argentina, grande comprador de produtos industriais do Brasil, teve um importante papel neste resultado ruim. O setor de serviços, que representa três quartos da economia, foi o único que puxou a média de crescimento para cima: 1,7%, mesmo assim inferior ao ano de 2018 (2,1%).

Para o PIB *per capita*, os dados são piores, pois a população brasileira ainda se encontra em crescimento. A taxa não tem ultrapassado a marca de 1% ao ano, para o triênio 2017/2019. Em relação ao primeiro ano do governo Bolsonaro, o PIB *per capita* aumentou somente 0,6%. Neste ritmo, demoraria onze anos para o país voltar ao nível do PIB *per capita* de 2014.

No início de 2019, a previsão do mercado financeiro para o crescimento do PIB, no primeiro ano do governo Bolsonaro, era de 2,5%. O crescimento de 1,4% mostra, mais uma vez, como previsões são apenas previsões. A realidade quase sempre desmente as previsões. Depois da divulgação dos números do PIB de 2019, Paulo Guedes afirmou que um crescimento maior só viria com a aprovação das reformas propostas pelo governo (tributária, administrativa e emergencial). Pura enganação. A economia não cresceu de forma satisfatória em 2019 justamente por causa das reformas já aprovadas. Elas são contracionistas da demanda agregada. A reforma trabalhista e a lei da terceirização do governo Temer, e a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, retiraram renda da classe trabalhadora e a transferiu para a classe empresarial. Enquanto a classe trabalhadora consome grande parte de sua renda, a classe empresarial poupa. Consumo deprimido, produção retraída.

2 TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego tem mudado sua metodologia com frequência nos últimos anos. O desemprego no Brasil começou a ser medido pelo IBGE no início dos anos 1980. A Pesquisa Mensal do Emprego era realizada em seis regiões metropolitanas, com pessoas de 15 anos ou mais. A pergunta principal era se a pessoa tinha procurado emprego na última semana (Referência Semana). Em 2002, esta pesquisa foi encerrada e adotada a Pesquisa Mensal do Emprego, Referência 30 dias, com pessoas de 10 anos ou mais. Em 2015, as pesquisas mensais foram extintas. Em seu lugar o IBGE adotou a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), criada em 2012. A PNAD Contínua é realizada trimestralmente em cerca de 3.500 cidades brasileiras, com metodologia de Referência 30 dias e respondidas por pessoas de 14 anos ou mais de idade.

A taxa de desemprego tem uma correlação negativa com o crescimento do PIB. Quando o PIB tem um bom desempenho, a taxa de desemprego normalmente diminui. Quando o PIB é negativo ou baixo, a taxa de desemprego se eleva. Nem sempre isso ocorre. Mas, normalmente, quando o PIB cresce acima de 4%, a taxa de desemprego diminui. E quando o PIB é negativo, com absoluta certeza, a taxa de desemprego aumenta. Menor produção, menor nível de emprego.

No primeiro ano da pesquisa, em 2012, a taxa média de desemprego anual ficou em 7,4%. No ano seguinte (2013), a taxa caiu para 7,1%, chegando em 6,8%, em 2014, último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff.

A Tabela 3 mostra o que ocorreu com a taxa de desocupação a partir de 2015. A recessão econômica do biênio 2015/2016 elevou a taxa de desemprego médio para 8,5%, em 2015 e 11,5%, em 2016. O governo Temer não conseguiu reverter o aumento no ano de 2017: a taxa continuou a crescer, atingindo a média anual de 12,7%. O PIB de 2017 foi de apenas 1,3%. No ano de 2018, quando o PIB cresceu 1,8%, o nível de emprego teve sua primeira melhora desde 2014: a taxa de desocupação se reduziu para 12,3%. Uma pequena queda em relação a 2017, mas, finalmente, uma redução.

Tabela 3 - Taxa de desocupação - PNAD contínua -2015/2019

Trimestres	Anos				
	2015	2016	2017	2018	2019
1o. Trimestre	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7
2o. Trimestre	8,3	11,3	13,0	12,4	12,0
3o. Trimestre	8,9	11,8	12,4	11,9	11,8
4o. Trimestre	9,0	12,0	11,8	11,6	11,0
Taxa média anual	8,5	11,5	12,7	12,3	11,9

Fonte: IBGE (2020b).

No primeiro ano do governo Bolsonaro, com taxa de crescimento do PIB bem modesta (1,4%), a taxa de desemprego voltou a cair: média anual de 11,9%. Redução pequena de 0,4 ponto percentual; a mesma ocorrida em 2018. Neste ritmo, demoraria 13 anos para que a taxa de desemprego voltasse ao menor patamar da série histórica, ocorrido em 2014, no governo Dilma Rousseff, quando ficou em 6,8%.

Especialistas do setor acreditam que a redução do desemprego nos anos de 2018 e 2019 deveu-se mais a uma desistência de procurar emprego do que a uma melhora nas condições do mercado de trabalho brasileiro.

3 INFLAÇÃO E TAXA DE JUROS

O regime de metas para a inflação foi introduzido no Brasil no ano de 1999. Desde então, o Banco Central, responsável pela condução da política monetária e do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, vem mantendo satisfatoriamente o nível geral de preços sob controle. Em alguns anos, a inflação ficou acima do teto da meta, mas, na maioria dos anos, a meta foi cumprida. Entre 1999 e 2014, a taxa de inflação ficou acima do teto da meta somente nos anos de 2001, 2002 e 2003. Porém, entre 2004 e 2014, todas as metas foram cumpridas pelo Banco Central.

O “estouro” da meta voltou a ocorrer no ano de 2015, conforme pode ser observado na Tabela 4. Neste ano, a taxa de inflação foi de 10,67%, acima do teto da meta de 6,5%. Mesmo com a forte recessão econômica, os preços que estavam represados pelo governo federal tiveram reajustes expressivos (energia elétrica e derivados de petróleo), elevando a taxa de inflação. Para tentar inibir a alta dos preços, o Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) para 14,25% ao ano, ao longo de 2015 (Tabela 5).

Tabela 4 - Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) - 2015/2019

Meses	Anos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Janeiro	1,24	1,27	0,38	0,29	0,32
Fevereiro	1,22	0,90	0,33	0,32	0,43
Março	1,32	0,43	0,25	0,09	0,75
Abril	0,71	0,61	0,14	0,22	0,57
Maio	0,74	0,78	0,31	0,40	0,13
Junho	0,79	0,35	-0,23	1,22	0,01
Julho	0,62	0,52	0,24	0,33	0,19
Agosto	0,22	0,44	0,19	-0,09	0,11
Setembro	0,54	0,08	0,16	0,48	-0,04
Outubro	0,82	0,26	0,42	0,45	0,10
Novembro	1,01	0,18	0,28	-0,21	0,51
Dezembro	0,96	0,30	0,44	0,15	1,15
IPCA anual	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31

Fonte: Ipeadata (2020a; 2020b).

A taxa Selic foi mantida no patamar de 14,25%, por quase todo o ano de 2016. Aliado a forte recessão deste ano, e com o fim dos efeitos dos reajustes da energia elétrica e derivados de petróleo, do ano anterior, a taxa de inflação de 2016 voltou a ficar dentro dos limites do regime de metas de inflação. Neste ano, a taxa de inflação foi de 6,29%, abaixo do teto de 6,5%.

As baixas taxas mensais de inflação observadas a partir do segundo semestre de 2016 e durante todo o ano de 2017, permitiu que o Banco Central flexibilizasse a política monetária, reduzindo a taxa Selic mês a mês, desde o final de 2016 até início de 2018: de 14,25% ao ano, em agosto de 2016, para 6,5%, em março de 2018.

A queda dos preços se materializou na inflação anual de apenas 2,95%, em 2017, abaixo do piso do regime de metas, que era de 3%. Neste caso, a meta de inflação não foi cumprida. Mesmo sendo bom uma inflação baixa de 2,95% no ano, isto também significa que a taxa Selic poderia ter caído numa velocidade e magnitude ainda maior, contribuindo para o crescimento da economia e o menor pagamento de juros da dívida pública.

A inflação mensal durante o ano de 2018 se manteve controlada, com exceção do mês de junho, quando a greve dos caminhões elevou os preços das mercadorias em todo o país. A taxa Selic ficou em 6,5% durante 2018. A inflação anual foi de 3,75%, abaixo do centro da meta que era de 4,5%, e piso de 3%.

Tabela 5 - Meta da taxa Selic - 2015-2019

Data	Selic (% ao ano)	Data	Selic (% ao ano)
20/01/2015	12,25	26/07/2017	9,25
04/03/2015	12,75	06/09/2017	8,25
29/04/2015	13,25	24/10/2017	7,50
03/06/2015	13,75	05/12/2017	7,00
29/07/2015	14,25	06/02/2018	6,75
02/09/2015	14,25	21/03/2018	6,50
20/10/2015	14,25	16/05/2018	6,50
24/11/2015	14,25	20/06/2018	6,50
19/01/2016	14,25	01/08/2018	6,50
02/03/2016	14,25	19/09/2018	6,50
27/04/2016	14,25	31/10/2018	6,50
08/06/2016	14,25	12/12/2018	6,50
20/07/2016	14,25	06/02/2019	6,50
31/08/2016	14,25	20/03/2019	6,50
18/10/2016	14,00	08/05/2019	6,50
29/11/2016	13,75	19/06/2019	6,50
10/01/2017	13,00	31/07/2019	6,00
22/02/2017	12,25	18/09/2019	5,50
12/04/2017	11,25	30/10/2019	5,00
31/05/2017	10,25	11/12/2019	4,50

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

Conforme pode ser verificado na Tabela 4, a inflação mensal se manteve baixa no primeiro ano do governo Bolsonaro. Este fato permitiu que o Banco Central iniciasse um novo ciclo de redução da taxa Selic, a partir do segundo semestre de 2019: a taxa caiu de 6,5% ao ano, em junho, para 4,5%, em dezembro, a menor taxa Selic da história. No ano de 2019, o centro da meta para a inflação era de 4,25%, com piso de 2,75% e teto de 5,75%. A inflação ficou em 4,31%, quase em cima do centro da meta (4,25%). Contribuiu para o cumprimento da meta o baixo crescimento da economia brasileira (1,4%), que impedia um maior aumento dos preços.

CONCLUSÃO

O primeiro ano do governo Bolsonaro demonstrou, mais uma vez, as diferenças entre promessas e realizações. Falar é bem mais fácil do que fazer. O ano de 2019 manteve a trajetória medíocre do governo Temer: baixo crescimento e elevado desemprego. A reduzida taxa de inflação e de juros foram os únicos pontos positivos.

Perto do final do segundo ano de governo Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, é um homem completamente desacreditado pelos agentes econômicos, principalmente, dos agentes do mercado financeiro. Ele mais parece um “fanfarrão” do que um homem sério da área econômica do governo.

Por outro lado, uma das poucas instituições ainda respeitadas da gestão Bolsonaro é o Banco Central. A condução da política monetária, com juros baixos e inflação controlada, está sendo a melhor desde a implantação do regime de metas no Brasil, em 1999.

Embora esta Nota Técnica tenha se limitado aos aspectos macroeconômicos da economia, não podemos fechar os olhos para o que vem ocorrendo em outras áreas do governo. Uma grande regressão na preservação ambiental, da lei do desarmamento, da saúde pública, entre outras. No fundo, o governo Bolsonaro representa uma grande ameaça ao futuro do país. Para o escritor Milton Hatoum, o governo Bolsonaro é “[...] a suprema encarnação do mal” (HATOUM, 2019, p.50). No fundo, uma coisa é certa: a estupidez humana não tem limites.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária** – Metas para a inflação – Taxa Selic – Taxas de juros básicas – Histórico. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 23 dez. 2020.

HATOUM, Milton. O acerto de contas. **CartaCapital**. São Paulo, n. 1083, p.50/52, 4 dez. 2019.

IBGE. **Estatísticas** – Econômicas – Contas Nacionais – SCNT – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – Tabelas – Tabelas Completas – Taxa acumulada ao longo do ano. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23 dez. 2020 (a).

IBGE. **Estatísticas** – Sociais – Trabalho – PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Séries históricas – Taxa de desocupação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 23 dez. 2020 (b).

IPEADATA. **Preços** – IPCA – Anual. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 23 dez. 2020 (a).

IPEADATA. **Preços** – IPCA – Geral - Mensal. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 23 dez. 2020 (b).

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Data da submissão: 31-12-2020

Data do aceite: 11-01-2021